

ATA SEI

Aos doze dias do mês de maio do ano de 2023, às 8:30 horas, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria de Cultura e Turismo, os membros da Comissão de Julgadora Técnica - Área de Área de Patrimônio Material, Patrimônio Material e Memória, designados pela Portaria n.º [0016861106](#), composta por Maria Conceição Junkes, Roberta Meyer Miranda da Veiga, Valéria Konig Esteves, Valeska Burijan Gomes Carneiro e Dinorah Luisa de Melo Rocha Bruske para verificação do Recurso Administrativo de **Espaço de Comércio Justo e Solidário de Joinville** (SEI n.º [0016889215](#) e [0016889231](#)), enviado aos dez dias do mês de maio do ano de 2023. I - DAS FORMALIDADES LEGAIS. Conforme verificado, o recurso de **Espaço de Comércio Justo e Solidário de Joinville** é tempestivo, tendo sido interposto dentro do prazo legal previsto nos itens 7.2 e 7.3 II - DA SÍNTESE DOS FATOS. Em 02/12/2022 iniciou-se o processo de chamamento público de pessoas físicas e jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que tenham interesse em firmar com esta Administração Pública Municipal Termo de Compromisso Cultural por meio da seleção de projetos, para a execução de ações culturais no Município de Joinville por meio desta Chamada Pública. Recebidas as propostas através do canal "Autosserviços" do sítio da Prefeitura Municipal de Joinville até 02/03/2023, a partir de 20/03/2023 realizou-se a fase de classificação das propostas. Assim, verificou-se que dentre os itens de avaliação no Relatório de Julgamento, **Espaço de Comércio Justo e Solidário de Joinville** não concordou com a notas dos itens 1, 4 e 5 atribuídas no Relatório de Julgamento. Inconformado com a decisão da Comissão que atribuiu a nota da proposta autuada sob Processo SEI n.º [23.0.054842-3](#), o Proponente interpôs o presente recurso. III – DAS RAZÕES DO RECORRENTE. O projeto em questão foi classificado pela Comissão Julgadora Técnica, porém, as notas dos itens 1 (Levantamento Preliminar), 4 (Ações de divulgação) e 5 (Metodologia) merecem ser revistas garantindo maior pontuação para o recorrente. IV – DO MÉRITO. Todas as decisões referentes ao Edital de Chamamento Público n.º 0015076956/2022/PMJ são tomadas em consonância com a legislação vigente, respeitando-se os princípios da Administração Pública, em especial o princípio da vinculação ao edital. Da análise do caso concreto é possível verificar que o Recorrente foi considerado classificado, porém, apresentou justificativa para aumentar as notas atribuídas ao seu projeto. A defesa apresentada pelo Recorrente traz elementos para justificar seu inconformismo, todavia, esta Comissão não acata o Recurso apresentado pois entende que as notas destinadas deverão permanecer, uma vez que: 1) O levantamento preliminar (Item 1) compõe a metodologia do registro de patrimônio imaterial, objetivo da categoria disponível no edital; 2) A recorrente escreveu no seu projeto que não haverá investimentos em divulgação (Item 4), não cabendo interpretação extensiva desta comissão; e 3) A metodologia (Item 5) é critério de avaliação do objeto de patrimônio imaterial. Desse modo, esta Comissão não altera sua decisão que classificou o proponente recorrente com nota 7,50. V - CONCLUSÃO. **Por todo o exposto, esta Comissão conclui por CONHECER do recurso para, no mérito, NEGAR-LHE provimento, não alterando a decisão proferida no julgamento, mantendo o proponente CLASSIFICADO, com nota 7,50** para o Edital de Chamamento Público n.º 0015076956/2022/PMJ.



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Meyer Miranda da Veiga, Gerente**, em 17/05/2023, às 15:03, conforme a Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal n.º 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Valeska Burijan Gomes Carneiro, Coordenador(a)**, em 17/05/2023, às 15:12, conforme a Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal n.º 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Conceicao Junckes, Coordenador(a)**, em 17/05/2023, às 18:21, conforme a Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal n.º 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Konig Esteves, Servidor(a) Público(a)**, em 17/05/2023, às 18:29, conforme a Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal n.º 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Dinorah Luisa de Melo Rocha Bruske, Servidor(a) Público(a)**, em 18/05/2023, às 07:54, conforme a Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal n.º 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0016912439** e o código CRC **2501FED4**.

